

## ARTIGOS

*A questão dos índices para tarifas de serviços públicos, por João Lizardo R. Hermes de Araújo*

*A califórnia é logo ali!, por João Lizardo R. Hermes de Araújo*

*O Fórum Social Mundial em debate:*

- *Ecos do Fórum Social Mundial, por Marcelo Mello*
- *Um marco histórico, por Paulo Passarinho*

## RESENHA

*"O Rio de todos os Brasis", por Hildete Pereira de Melo*

## RESOLUÇÕES

*III Encontro Internacional de Economistas*

## EVENTOS

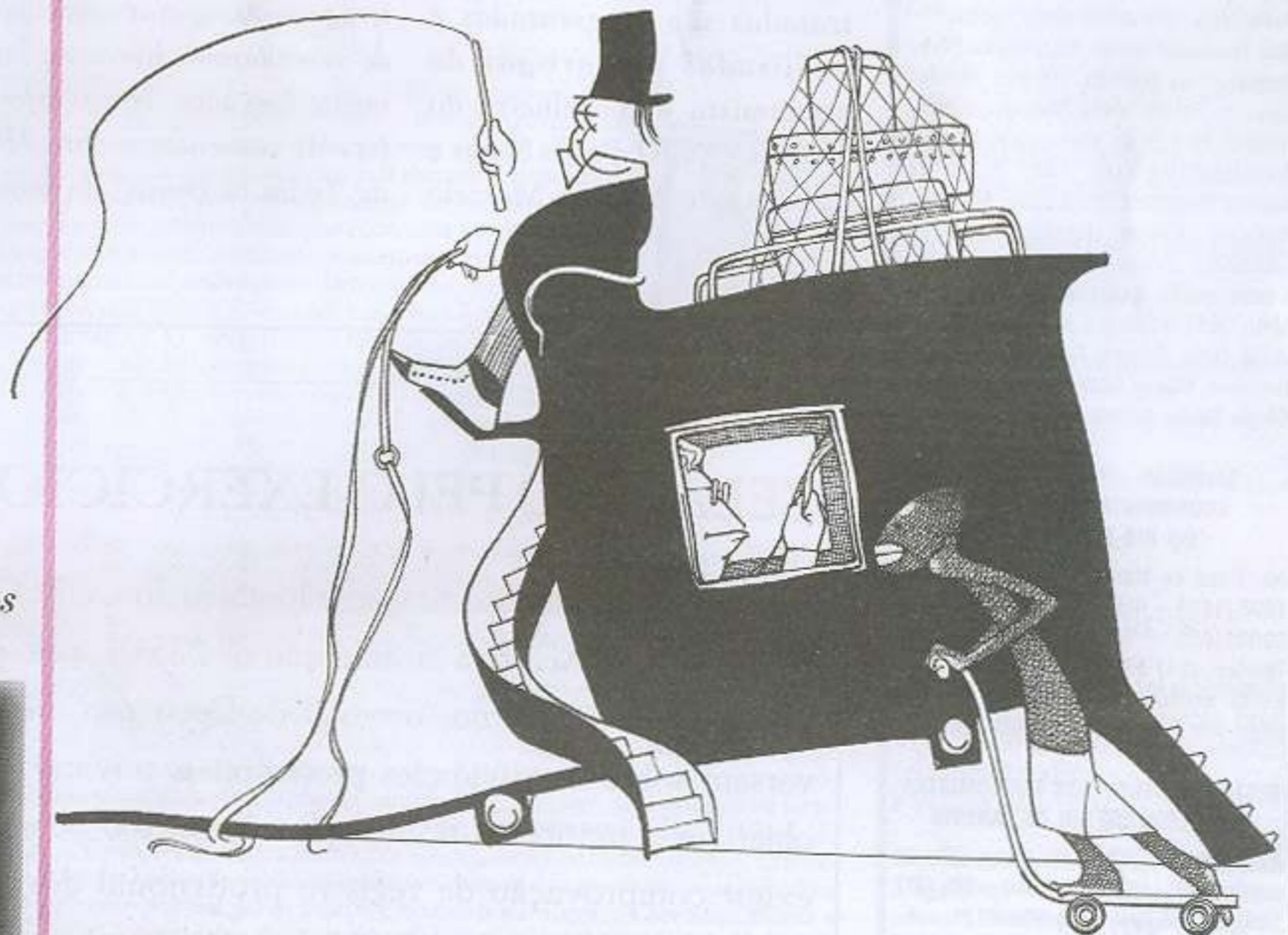
*Falas de Porto Alegre e Davos*

**ELEIÇÕES**  
CORECON/RJ E IERJ  
ELEGERAM NOVA  
DIRETORIA  
PÁG. 16

## Quem tem medo do déficit fiscal?

**E**ntrevista concedida ao **JE** pelo professor de Macroeconomia do IE/UFRJ, analisa um dos mitos do momento, o horror ao déficit fiscal. "Ao contrário do orçamento de uma dona de casa, o governo do país não tem a rigor como quebrar pois emite dívida pública interna denominada em sua própria moeda, logo seu risco de inadimplência é evidentemente zero".

*páginas 8 a 10*



## JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,  
IERJ E SINDECON-RJ

**Diretoria Responsável** (nesta edição): Hildete Pereira de Melo, Paulo Passarinho, Ronaldo Raemy Rangel • **Conselho Editorial**: Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição**: Conselho Regional de Economia-RJ - Tel: (21) 232-8178 - Fax: (21) 509-8121 - E-mail: coreconrj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br> • **Jornalista Responsável**: Beatriz Bomfim (MT 11916) • **Chargista**: Cassio Loredano • **Editoração Eletrônica**: Kátia Regina Fonseca, telefax (21) 508-7367 • **Fotolito e Impressão**: Tipológica, tel. (21) 509-3366 • **Tiragem**: 20.000 exemplares • **Periodicidade**: mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

## CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20054-900 - Tel. (21) 232-8178 - Fax: (21) 509-8121 - E-mail: coreconrj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br>  
**Presidente**: Ronaldo Raemy Rangel  
**Vice-Presidente**: Sidney Pascoutto da Rocha  
**Conselheiros Efetivos**: Eduardo Mendes Callado, Helena Maria Martins Lastres, Hildete Pereira de Melo, João Manoel Gonçalves Barbosa, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria Cyllar Monteiro, Ronaldo Raemy Rangel, Reinaldo Gonçalves, Sidney Pascoutto da Rocha.  
**Conselheiros Suplentes**: Enilce Leite Melo, José Antônio Lutterbach Soares, Júlio Diniz Bastos Pinto, Luiz Mário Behnken, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Sandra Maria C. Souza.

## SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Treze de Maio, 23 - Grupo 1607/1608 /1609 - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20031-000 - Tel. (21) 262-2535 - Telefax: (21) 533-7891 e 533-2192 - E-mail: sindecon@sindecon.org.br - Home page: <http://www.economistas.com.br>

## IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20054-900 - Tel. (21) 509-1077 - Fax: (21) 509-8121 - E-mail: ierj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br>

## EDITORIAL

A partir deste número, o *Jornal dos Economistas* pretende iniciar um conjunto de alterações em sua apresentação e composição de modo que em pouco tempo tenhamos um novo padrão gráfico, mais moderno e dinâmico.

Contudo, a linha editorial que norteou nossa publicação nos últimos anos permanecerá inalterada, mantendo seu compromisso com a pluralidade de idéias e de constituir-se em um fórum permanente de debate e análise das mais relevantes questões que afetam a vida econômica nacional.

Nosso *Jornal*, comprometido com seu tempo, apresenta como tema central neste número o Fórum Social Global realizado no final de janeiro em Porto Alegre - RS. A pertinência e relevância, inequívoca, das questões tratadas são apresentadas e analisadas nos artigos do economista e conselheiro do CORECON-RJ Paulo Souto e do cientista político Marcelo

Mello da UFF.

Desdobrando as questões mais gerais e motivado pela recente crise energética na Califórnia - EUA, convidamos o professor João Lizardo de Araújo, do Grupo de Energia do IE/UFRJ, para discutir o problema energético brasileiro o que por ele é feito tanto pela ótica do atual modelo regulatório, quanto por sua estrutura de formação de preços.

Já com a entrevista obtida junto ao professor Franklin Serrano a qual intitulamos "Quem tem medo do Déficit Fiscal?" pretendíamos analisar a política do governo federal no que tange ao chamado ajuste fiscal. Nela, e de modo particularmente interessante, o professor da UFRJ refuta um dos mais consagrados consensos (sic) do atual debate econômico brasileiro.

Pretendemos, ainda, nesta tiragem, recuperar a tradição de resenhar livros recentemente lançados. Nosso esforço foi o de comentar a obra "Rio de Todos os Brasis" do profes-

sor Carlos Lessa o que é levado a cabo com talento pelos comentaristas da conselheira e professora da UFF, Hildete Pereira de Melo.

Finalmente, esclarecemos à nossos leitores que especificamente neste número o *Jornal dos Economistas* foi editado por uma comissão editorial constituída por: Cláudio Salm (IERJ), Hildete Pereira de Melo (IERJ/CORECON), Paulo Souto (SINDECON/CORECON) e Ronaldo Rangel (CORECON).

A comissão editorial, em nome das entidades do Rio de Janeiro, se julgam no dever de prestar uma homenagem ao antigo Diretor Responsável pela publicação, o economista Luiz Antônio Rodrigues Elias, a quem fazemos questão de vir a público agradecer, uma vez que durante o período em que coordenou as atividades do *Jornal* foi capaz de garantir, muitas vezes por esforço pessoal, a periodicidade e a qualidade permanente de nosso veículo.

## DOCUMENTO

## ZELANDO PELO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

A Secretaria de Fiscalização e Registro do CORECON/RJ encaminhou, em 05 de fevereiro, ao BACEN a Notificação nº 025/01, pelo descumprimento do Artigo 14º da Lei nº 1.411/51 e do Artigo 3º do Decreto nº 31.794/52, instrumentos legais que versam sobre as atividades profissionais privativas dos economistas. Em termos objetivos e práticos a notificação obriga, sob pena de multa, aquela instituição a exigir comprovação de registro profissional dos funcionários cujas atribuições pertençam ao campo profissional dos economistas.

## A questão dos índices para tarifas de serviços públicos

A discussão sobre os índices adequados para reajuste das tarifas de serviços públicos está mal colocada. De um lado os investidores reivindicam dolarização e/ou indexação pelo IGP-M; de outro, consumidores acusam a opção pelo IGP-M de ter levado as tarifas a terem crescido muito acima da inflação. Com todo este ruído, onde está a razão? Para responder, é preciso de um lado ana-

significativamente com relação ao IGP. Daí até janeiro de 1999 os dois índices cresceram sensivelmente no mesmo ritmo. A partir da desvalorização, no entanto, inverteu-se o movimento: o IGP passou a crescer mais rápido que o IPC. Como a maioria das privatizações ocorreu após 1995 e tem cláusula de correção tarifária por IGP, o impacto junto aos consumidores foi alto após a desvalorização.

*leitmotivs*: a segmentação das indústrias, introdução da concorrência nos segmentos em que fosse possível, e substituição das tarifas a preço de contrato (ou *price cap*) nos segmentos monopolistas lidando com consumidores finais (cativos). Esta substituição tinha dois motivos básicos: primeiro, evitar subsídios cruzados que fariam os consumidores cativos pagar o ônus em lugar de outros (um risco, quando uma empresa tem consumidores livres que poderiam trocar de fornecedor); segundo, incentivar a eficiência das empresas. Com efeito, a tarifação a custo de serviço não apenas não induz eficiência (já que aumentos de custos são repassados automaticamente) como *distorce* investimentos em favor de escolhas tecnológicas intensivas em capital (já que a remuneração é proporcional ao capital investido). Note-mos incidentalmente que tarifas a custo de serviço são, tradicional e corretamente, reajustadas pelo IGP que reflete melhor as variações de custos das empresas.

A tarifação a preço de contra-

estima viável para ganhos de produtividade ( $X$ ). Se a empresa conseguir reduzir os custos mais de  $X\%$  ao ano, ficará com os lucros excedentes. Por este motivo, este método de regulação tarifária é também conhecido como "IPC-X". Em casos de choques externos pode haver uma parcela adicional ( $Y$ ). A escolha do IPC não é acidental. Ela diz o seguinte ao consumidor: em termos reais, a tarifa deste serviço não aumentará mais que o conjunto de bens e serviços consumidos; se  $X > 0$ , aumentará menos. Em outros termos, este método não se preocupa com os custos do serviço, a não ser na hora de fixar ou rever as tarifas. Durante todo o resto do tempo, custos e tarifas são desvinculados. Os primeiros são da conta da empresa, que tem interesse em reduzi-los tanto quanto possa. As segundas são fixas, com reajustes periódicos em níveis iguais ou inferiores à inflação para o consumidor, que se beneficia também dos ganhos de eficiência da empresa.

Infelizmente, a opção tomada no Brasil pelo IGP para reajustes

---

"De um lado os investidores reivindicam dolarização e/ou indexação pelo IGP-M; de outro, consumidores acusam a opção pelo IGP-M de ter levado as tarifas a terem crescido muito acima da inflação."

---

lisar o histórico dos índices e suas perspectivas, de outro a lógica mesma das reformas de estrutura e regulação dos serviços públicos, e implicações globais das opções.

O IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) é um índice geral de preços (IGP), no qual os preços por atacado predominam. Desde a abertura, e mais ainda depois do Plano Real, esses preços cobrem na maior parte produtos que foram submetidos à competição com importados, ou são eles mesmos exportáveis (no jargão econômico, são *tradables*). Por outro lado, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) contém não só produtos competindo com importados ("*tradables*") como uma ampla gama de serviços públicos ou pessoais, que não competem com importados (no jargão, *non tradables*). Durante os primeiros anos do Plano Real, estes últimos tiveram um aumento notável com relação aos primeiros, que não tinham como crescer. De julho de 1994 até inícios de 1996 o IPC aumentou

Se o dólar ficar estável em torno de R\$ 1,85 a tendência será os dois índices voltarem a ter comportamento semelhante (embora com níveis defasados: a perda da desvalorização já está feita, seria necessário um expurgo dos reajustes para voltar atrás). Todo o problema, por trás do nervosismo de investidores e consumidores por razões opostas, é que ninguém sabe se esse nível se manterá. O comportamento dos últimos 18 meses mostra uma subida irregular do IGP relativo ao IPC. Na verdade, a discussão entre investidores e consumidores é simplesmente sobre como serão repartidos os custos de eventuais desvalorizações, quer diretamente (dolarização) quer através do índice (IGP ou IPC). Para resolver a questão, é preciso olhar a lógica da reforma e o impacto das decisões a serem tomadas.

Antes da reforma, as indústrias de infra-estrutura eram monopólios verticalmente integrados, com tarifas a custo de serviço. A reforma da infra-estrutura teve três

to, segundo o modelo adotado inicialmente na Inglaterra mas depois em quase toda a parte, consiste no seguinte: As tarifas, individualmente ou numa "cesta", são fixadas no contrato e revistas a intervalos de vários anos (normalmente 4 a 5); entre revisões, elas serão reajustadas segundo o índice de preços ao consumidor (IPC), *menos* um percentual que o regulador

tarifários confundiu os dois métodos. A opção pelo IGP para preços de contrato muda radicalmente o discurso, que passa a ser dirigido à empresa (e não ao consumidor). Agora, as tarifas não aumentam menos que os custos (já que o  $X$  tem sido escolhido como zero em todos ou quase todos os casos), de modo que qualquer ganho de produtividade da empresa é totalmen-

---

"A opção pelo IGP para preços de contrato muda radicalmente o discurso, que passa a ser dirigido à empresa (e não ao consumidor)."

---

## ARTIGO

tê retido por ela, sem que o consumidor aufera benefício algum. Como isto leva a lucros suplementares, diminui a indução à eficiência (até mesmo para não chamar muita atenção sobre lucros extraordinários). Em outras palavras, a desvinculação entre custos e tarifas é parcial, e lembra muito o antigo método do custo de serviço (mas sem limitação de lucros do monopolista). A lógica da regulação incentivada foi distorcida, resultando num *price cap* troncho. Os consumidores têm razão, não porque o IGP tenha crescido mais, mas porque o IPC é o índice apropriado à reforma dos serviços públicos. Vale notar que os consumidores teriam perdido entre 1994 e 1996, porque neste período o IPC cresceu mais que o IGP (embora a perda seja teórica: as privatizações só ocorreram a partir de 1995). O fato de

que doravante o maior risco está associado ao IGP apenas reforça a preocupação.

Para terminar, uma pequena observação sobre as reivindicações dos investidores para dolarizar tarifas. Estas reivindicações são aberrantes não só quanto à lógica da reforma como quanto às conseqüências para a economia.

**"Uma pequena observação sobre as reivindicações dos investidores para dolarizar tarifas. Estas reivindicações são aberrantes não só quanto à lógica da reforma como quanto às conseqüências para a economia."**

rantes não só quanto à lógica da reforma como quanto às conseqüências para a economia. A dolarização das tarifas de serviços públicos levaria inexoravelmente a uma indexação generalizada das atividades econômicas sobre o dólar. Todo o sacrifício envolvido no programa de estabilização seria dei-

tado por terra, e com certeza voltaríamos a um regime de inflação acelerada. É difícil imaginar uma argumentação consistente em favor de tal medida. Mesmo no caso de um choque externo, que alterasse de modo significativo o equilíbrio

econômico-financeiro das empresas de serviços públicos, não faria falta indexar: bastaria analisar medidas pontuais, que restabelecessem aquele equilíbrio. Na verdade, a dolarização das tarifas aproveita apenas uma categoria de investidores: os que não pretendem correr qualquer risco, ganhando

ao mesmo tempo elevadas margens de lucro como se a riscos estivessem expostos. Podemos chamá-los de investidores de curtíssimo prazo, de especuladores financeiros, ou de aproveitadores. Pouco importa; o que sim importa é que não é possível ceder à sua pressão. Choques sobre a economia afetam a todos, e sua repartição deve ser objeto de negociação; não cabe privilegiar uma categoria de agentes, com conseqüências desastrosas para a economia. O preocupante é que essas pressões se fazem sentir num momento delicado, em que há premente necessidade de investimentos na expansão de capacidade. A tentação para chantagear, e para ceder à chantagem, é grande.

João Lizardo R. Hermes de Araújo é prof. Titular, Grupo de Energia do IE/UFRJ.

# M E S T R A D O E M E C O N O M I A D O I B M E C

FINANÇAS APLICADAS E ECONOMIA EMPRESARIAL

INSCRIÇÕES PARA AS TURMAS DO 1º SEMESTRE DE 2001 ATÉ 9 DE MARÇO.

## CORPO DOCENTE

- O Mestrado Profissionalizante em Economia se destina a profissionais que buscam uma base teórica e quantitativa para tratar problemas práticos nas áreas de finanças aplicadas e economia empresarial.
- Oferece especialização em finanças e economia através de programa competitivo e inovador, de padrão internacional.
- Dá ênfase à utilização intensiva de computação, familiarizando os alunos com diferentes softwares, linguagens de programação e sistemas operacionais.
- O Ibmecc mantém um convênio de cooperação acadêmica com o Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA e outras instituições nacionais e internacionais.
- Corpo docente com excelência acadêmica e experiência profissional.
- Laboratórios equipados com tecnologia de última geração. Parcerias acadêmicas com Oracle e Silicon Graphics.
- Opção de dedicação integral ou parcial.

ALIX MOREIRA Mestre, UFRJ	HONÓRIO KUME Doutor, USP
ANTONIO FIORENCIO Doutor, Delta/EHESS Coordenador do curso	JOSÉ ALEXANDRE SCHEINKMAN PhD, University of Rochester*
ANTONIO FREITAS PhD, North Carolina State University	JOSÉ CARLOS CARVALHO PhD, Yale University
ANTONIO MARCOS DUARTE PhD, Princeton University*	LUIZ FLAVIO AUTRAN PhD, University of California, Berkeley
ARILTON TEIXEIRA PhD, University of Minnesota	NILSON TEIXEIRA PhD, University of Pennsylvania*
CLÁUDIO CONSIDERA Doutor, Oxford University	PAULO GUEDES PhD, University of Chicago
FERNANDO VELOSO PhD, University of Chicago	PEDRO VALLS PEREIRA PhD, LSE*
FRANKLIN GONÇALVES PhD, MIT	RICARDO BRITO Mestre, EPGE/FGV-RJ
GERSON LACHTERMACHER PhD, University of Waterloo	ROBERTO MONTEZANO Doutor, EPGE/FGV-RJ

\* Professor Visitante / conferencista

Informações: (21) 3806-4000 – Av. Rio Branco, 108 – 5º andar – [www.ibmecc.br](http://www.ibmecc.br)

RECOMENDADO PELA  
CAPES/MEC

**i** **Ibmecc**  
A melhor escola de negócios

— ARTIGO — por João Lizardo R. Hermes de Araújo —

## A Califórnia é logo ali!

Neste janeiro o mundo constatou surpresa que o estado mais opulento, do país mais rico do mundo, estava às voltas com escassez de energia, apagões e bancarrota iminente de suas maiores empresas de eletricidade. Mais ainda, isto ocorre quatro anos após uma reforma e reestruturação de sua indústria de suprimento de eletricidade considerada pioneira nos EUA. O que houve? E, mais pertinentemente, em que isto pode afetar o Brasil?

Resumindo brevemente os fatos, a Califórnia fez uma reforma de seu setor elétrico em 1996, após quatro anos de estudo, para introduzir competição nesse mercado (partes ficaram de fora, principalmente pequenas empresas municipais). As empresas concessionárias foram obrigadas a se desverticalizar, vendendo grande parte de sua capacidade de geração. Foram criados um Mercado Atacadista (Power Exchange, ou PX) e um Operador Independente (ISO), com grande autonomia (tanta, que recusaram informações à Comissão Reguladora durante a crise de junho de 2000). Para garantir competição e cercear o poder de mercado das empresas distribuidoras estabelecidas, estas eram obrigadas a comprar energia no PX, ou seja no mercado *spot*. Abriu-se o mercado a quem quisesse vender e comercializar energia elétrica. Todas estas são medidas encontráveis em qualquer manual de defesa da concorrência. A retirada de barreiras artificiais à entrada deveria levar a uma competição vigorosa e investimentos em geração que fariam baixar o preço da eletricidade para o consumidor final. Confiantes nesta estratégia, os reformadores impuseram tetos de preço ao consumidor final bem acima da experiência histórica, apenas como

salvaguarda: estes nunca deveriam ser atingidos, em qualquer cenário plausível.

Após repetidos atrasos, principalmente devidos à complexidade do *software* necessário para a operação do sistema, PX e ISO começaram a funcionar em 1998. Após as turbulências inevitáveis, e a volatilidade do mercado *spot*, tudo parecia ir bem até que se aproximou o verão de 2000. Foi então que o impensável aconteceu: os preços da eletricidade dispararam para alturas nunca vistas, e ficaram lá, muito acima dos tetos ao consumidor final, que viu suas contas aumentar enormemente. As concessionárias começaram a acumular débitos com as geradoras. Em San Diego, a cidade mais afetada, foram impostos tetos abaixo dos anteriores para não penalizar os consumidores. O governador instalou um grupo de trabalho que concluiu pela existência de poder de mercado das geradoras, as quais extraíam rendas de oligopólio. Em novembro, o FERC (Federal Energy Regulatory Commission) chegou à mesma conclusão, ressaltando embora não haver evidência de colusão. Entrementes, os preços continuavam subindo embora a demanda estivesse em queda após o pico sazonal do verão ter passado. Até que, neste janeiro, chegou-se ao extremo de apagões e medidas de emergência para salvar a indústria de eletricidade (as distribuidoras estão devendo entre 12 e 20 bilhões de dólares). Cogita-se mesmo de que o estado compre toda a capacidade hidrelétrica das distribuidoras por 10 bilhões de dólares, para operá-las e vender sua energia àquelas a preço de custo. Ironicamente, só escaparam indenes da catástrofe as empresas municipais que não foram incluídas na reforma, entre as quais a

de Los Angeles.

O que deu errado? Inicialmente, a concepção simplista de que bastaria abrir a competição para haver novos investimentos em expansão, misturada com a expectativa de que a demanda crescería pouco, coibida por uma forte política de proteção ao meio ambiente. Na verdade, a demanda estava crescendo e a política ambiental agiu como barreira aos investimentos, já que impunha sérias restrições a usinas a serem construídas. Entre 1996 e 2000, a demanda cresceu 5.500 MW, enquanto a capacidade cresceu apenas 600 MW, 400 dos quais em 1996, ano da reforma. Ou seja, os riscos do mercado junto com os riscos ambientais foram simplesmente demais para os investidores privados. Desta maneira, tornou-se lucrativo para as empresas geradoras da Califórnia (e de outros estados que vendem para ela) reter a capacidade, virando de ponta cabeça os objetivos explícitos da reforma. Analisando friamente, seria mais fácil expandir a capacidade instalada no velho regime de monopólio integrado e regulado pelo custo de serviço que no novo regime, teoricamente competitivo porém de fato um oligopólio desregulado clássico. A demanda por gás natural que a crise fez surgir levou a outro fenômeno: o preço do gás natural quadruplicou, aproximando-se dos 9 US\$/MMBTU, contra os 2 e pouco usuais; isto complicou mais ainda o quadro. Em suma, o que deu errado foi a concepção como um todo; em particular, a cláusula de forçar as distribuidoras a usar o PX ao invés de contratos de médio prazo, a qual visava proteger os geradores, deixou aque-las à mercê destes.

Daqui podemos tirar algumas lições. Em primeiro lugar, a pedra

### LIVROS COM DESCONTO

A Editora Record está oferecendo os livros abaixo, com **desconto de 30%** sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia - RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação dos economistas com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir à categoria o acesso a títulos de abrangente importância para a sua formação.



**Mundo em descontrole**  
de R\$ 18,00 por R\$ 12,60  
**A terceira via**  
de R\$ 25,00 por R\$ 17,50

- **O mercado de derivativos financeiros** - Octavio Bessada  
R\$ 17,50
- **Episódios da história monetária** - Milton Friedman  
R\$ 14,70
- **Aspectos morais do crescimento econômico** - Barrington Moore Jr.  
De: R\$ 28,00 por: R\$ 19,60
- **O mercado futuro e de opções** - Octavio Bessada  
De: R\$ 25,00 por: R\$ 17,50
- **Falso amanhecer** - JOHN GRAY  
De: R\$ 28,00 Por: R\$ 19,60
- **Destruição não criadora** - Memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada - Maria da Conceição Tavares  
De: R\$ 28,00 Por: R\$ 19,60
- **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL** - (volumes I e II) - organizado por Ricardo Bielschowsky  
De: R\$ 40,00 Por: R\$ 28,00 (cada)
- **Por uma outra globalização** - Milton Santos  
De: R\$ 20,00 Por: R\$ 14,00
- **O livro negro do capitalismo** - Organizado por Gilles Perraut  
De: R\$ 45,00 Por: R\$ 31,50

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.  
Horário de funcionamento:  
de segunda a sexta, das 13:00 às 17:00  
Telefone: (21) 232-8178

## LIVROS COM DESCONTO

A Editora FGV está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia - RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande Editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a sua formação.

De: R\$ 29,00 Por: R\$ 20,30



### O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado: 1950-95

Reginaldo Teixeira Perez

▼ **CICLO DE VIDA DAS ORGANIZAÇÕES**  
*Eugênio Carvalhal e Geraldo Ferreira*  
De: R\$ 18,00 Por: R\$ 12,80

▼ **CORRUPÇÃO E REFORMA POLÍTICA NO BRASIL: O IMPACTO DO IMPEACHMENT DE COLLOR**  
*Keith S. Rosen e Richard Downes (orgs.)*  
De: R\$ 33,00 Por: R\$ 23,10

▼ **FLEXIBILIZAÇÃO ORGANIZACIONAL: MITO OU REALIDADE?**  
*Fernando G. Tenório*  
De: R\$ 36,00 Por: R\$ 25,20

▼ **AS REGRAS DO JOGO: O PLANO REAL: 1997-2000**  
*Jorge Vianna Monteiro*  
De: R\$ 29,00 Por: R\$ 20,30

▼ **CUSTOS — UM ENFOQUE ADMINISTRATIVO — VOL. I**  
*George G. Leone*  
De: R\$ 41,00 Por: R\$ 28,70

▼ **ELEMENTOS DE MATEMÁTICA FINANCEIRA**  
*Luiz A. F. Cavalcante*  
De: R\$ 23,00 Por: R\$ 16,10

▼ **MANUAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO — VOL. I**  
*C. Machline e outros*  
De: R\$ 48,00 Por: R\$ 33,60

▼ **CONTABILIDADE FINANCEIRA PARA EXECUTIVOS**  
*Alvaro G. Oliveira*  
De: R\$ 39,00 Por: R\$ 27,30

▼ **ANÁLISE CONTÁBIL — ANÁLISE DE BALANÇOS**  
*Américo M. Florentino*  
De: R\$ 21,00 Por: R\$ 14,70

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.

**Horário de funcionamento:**  
De Segunda a Sexta das 13 às 17h.  
Telefone: (0xx21) 232-8178.

## ARTIGO

de toque de qualquer reforma tem de ser a dinâmica dos investimentos em expansão. Isto é particularmente verdade em sistemas imaturos e com demanda em rápida expansão, como o brasileiro. Outro ponto é que remover barreiras institucionais à competição pode, se feito sem muito tento, apenas tornar mais eficazes outras barreiras à entrada numa indústria como a elétrica. Em terceiro lugar, escolhas sociais como a proteção ao ambiente têm seu custo, que deve ser explicitado; mas não está claro que o mercado sem regulação é o melhor meio para isto.

E nós? Paradoxalmente, nossas "falhas" nos imunizam até certo ponto contra um quadro similar ao da Califórnia, embora compartilhem um problema comum: a necessidade de investimentos em

expansão, e prioridades contraditórias com aquela necessidade. A escassez de capitais, hoje, significa que uma ênfase na venda de ativos conflita com a necessidade de atrair investimentos em expansão. A privatização de grandes geradoras cumpre para nós apenas uma sinalização de "boa vontade" para com investidores estrangeiros, mas não resolve - e na verdade dificulta - a solução de nosso problema maior que é a expansão. De fato, faria mais sentido manter as grandes hidrelétricas sob controle do Estado (tanto mais que elas não participam de mercado efetivo) e chamar investimentos privados para a expansão do que insistir em privatizar aquelas. Outro ponto de conflito com a expansão é o tratamento do gás natural, que introduz fortes riscos para a inver-

são em térmicas.

Mas do lado positivo, temos um mercado atacadista em nome apenas, o que retira muitos riscos do "mercado". Temos a obrigatoriedade de que 85% de todas as transações sejam cobertas por contratos de longo prazo, que reduz a exposição a eventuais volatilidades do "spot". E, muito importante, tanto o MAE como o ONS devem prestar contas ao regulador de suas operações. Em suma, nosso gradualismo pragmático e acomodatório nos preserva de uma *débâcle* rápida. Entretanto, se não resolvermos o problema da expansão poderemos estar olhando na Califórnia de hoje nossa história, num futuro próximo.

João Lizardo R. Hermes de Araújo é prof. Titular, Grupo de Energia do IE/UFRJ.



## CURSO PREPARATÓRIO PARA PROVA DA ANPEC

MATRÍCULAS ABERTAS

Início das aulas em março de 2001

Aulas de segunda a quinta-feira à noite

Professores qualificados

Aprovação de 75% no último concurso

ierj@ax.apc.org • Tel. 509-1077  
Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro

## CONGRESSO

### IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA

5ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS

02 a 05 de Setembro de 2001  
USP - São Paulo

Brasil - Colônia e Império  
Brasil - República  
História Econômica Geral  
Historiografia, Metodologia e  
Pensamento Econômico  
História de Empresas

Informações:  
ABPHE

Caixa Postal 61.031  
CEP 05001-970 - São Paulo - SP  
E-mail: ivabphe@edu.usp.br

## Ecoss do Fórum Social Mundial

Com a realização do Fórum Social entre os dias 25 e 30 de janeiro de 2001, em Porto Alegre, ganharam os representantes das organizações não governamentais mais importantes e representativas da Europa ocidental, os grupos políticos de esquerda do Brasil e da América Latina, e os governos da União Européia que divergem abertamente da política comercial norte americana, notadamente a França. Ganharam no sentido de que lograram dividir as atenções gerais com o Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos, na Suíça e ganharam, também, em legitimidade e cacife para influenciar e participar das decisões governamentais na esfera pública.

Entre as fragilidades do FSM, a mais evidente delas é a sua própria natureza híbrida que fez juntar espécies muito diferentes de atores, causas e missões inspiradoras. É difícil para o observador crítico perceber o ponto de comunicação entre os interesses dos agricultores franceses, representados caricatamente no encontro pelo líder agrário José Bové, com aqueles da massa de trabalhadores sem-terra dos países latino-americanos. Inspira sérias dúvidas quanto à sua capacidade de agregação e propositura, um movimento que procura combinar em solução única a defesa de uma rede mais que centenária de representação dos interesses de camponeses e agricultores europeus, pequenos proprietários, fortemente amparados pelo estado, com os interesses de quem através dos séculos de colonização dos seus países jamais exerceu o direito de propriedade. Proclamar o desejo, como fizeram os representantes das organizações camponesas européias, de que cada país possa ser auto suficiente na produção de alimentos, seria condenar países como a China, a Rússia e muitos mais à fome eterna. Significa, em suma, abdicar das maiores conquistas do comércio entre os povos, cuja existência mais que milenar se confunde com a própria história da civilização.

Uma outra idéia bizarra que circulou entre os membros do

Fórum Social Mundial, é a crítica às tentativas governamentais de promover regulamentações para o comércio entre os países. Dizer, como foi dito e repetido, que as relações comerciais devam se estabelecer idealmente, de maneira direta, entre as partes interessadas, é consagrar, definitivamente, a lei natural do mais forte sobre o mais fraco, e a vitória do maior sobre o menor. É miopia criticar o capitalismo ultra liberal ao mesmo tempo em que se ataca as bases de funcionamento justamente das organizações multilaterais de comércio. Diante das divergências reais e potenciais entre os representantes das ONGs presentes ao fórum, foi competente e estratégica a recusa dos organizadores do FSM em produzir algo como um manifesto, uma

qual chamavam de 'pensamento único', com os governistas franceses, num discurso ultra articulado em torno do tema 'nós temos uma maneira de fazer negócios diferente do capitalismo norte americano'.

Com tudo isso, sobram elementos positivos do Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre. Já a sua realização é uma clara demonstração de êxito das esquerdas brasileiras, notadamente de setores do Partido dos Trabalhadores, por sua capacidade de articular um evento dessa magnitude e abrigá-lo em Porto Alegre. A escolha da cidade brasileira como símbolo da nova governança que se quer dos negócios públicos e privados, consagra definitivamente o caráter inovador das seguidas administrações petistas na cidade. O

---

**"O mundo civilizado e as pessoas sensíveis às questões sócio-econômico-ambientais do planeta elegeram uma cidade do hemisfério sul subdesenvolvido para se encontrar e expressar os seus ideais."**

---

carta de intenções ou qualquer tipo de documento que pudesse ser interpretado como um "consenso de Porto Alegre". Na verdade, até o momento, o único consenso realmente notável entre os movimentos e organizações representados neste Fórum Social e nas últimas reuniões da OMC e do FMI, é que todos detestam os sanduíches Mac Donald's. É pouco. Certos tipos de unanimidade não chegam a constituir uma plataforma razoável para estruturar um movimento revolucionário. Como diz um irônico ditado francês: *'é melhor ser rico e ter saúde do que ser pobre e doente'*.

Uma última nota de estranhamento e de perplexidade: o que faziam representantes do governo francês e uma infinidade de parlamentares, assessores e todo tipo de oficiais, no Fórum Social? Não custa estarmos atentos para entender a confusa trama dos interesses que fazem juntar os editores de *Le Monde Diplomatique*, os críticos de primeira hora do neoliberalismo ao

mundo civilizado e as pessoas sensíveis às questões sócio-econômico-ambientais do planeta elegeram uma cidade do hemisfério sul subdesenvolvido para se encontrar e expressar os seus ideais. Poderiam ter escolhido uma cidade sueca ou dinamarquesa, mas escolheram Porto Alegre.

O aspecto superlativo do evento, no entanto, é a sua própria natureza propositiva, de afirmação da capacidade de realização dos movimentos de esquerda e alternativos em geral. No Brasil, especialmente, os partidos e as organizações de esquerda têm conquistado arduamente seu lugar como alternativa de poder, vencendo alguns dos preconceitos mais fortes da direita tradicional, especialmente os preconceitos de que as esquerdas não sabem governar e que as idéias alternativas não funcionam. O Fórum Social Mundial contradita ambos.

Somente por má fé ou equívoco pode-se negar ao Fórum Social Mundial e aos seus organizadores

o enorme mérito de assumir em pé de igualdade com os membros da elite mundial dos governos e dos empresários reunidos no Fórum Econômico Mundial, as responsabilidades por se pensar com pluralidade o mundo em que vivemos. Impossível não conceder ao Fórum Social o reconhecimento pelo seu êxito em ter dividido as atenções do mundo nas proposições para o futuro da humanidade. Além do mais, a maior parte das críticas que podemos fazer ao Fórum Social, como acusá-lo de heterogeneidade excessiva, falta de integração e organicidade das propostas, previsões exotéricas, tudo isso é verdade, e procede, mas também se aplica ao Fórum Econômico, em Davos.

Os resultados 'práticos' do Fórum Social, como os pragmáticos adoram se referir, também já estão disponíveis para se conferir. Partindo do local para o global, como recomenda a metodologia holística dos movimentos ambientais, vejo que as administrações do PT gaúcho, da cidade de Porto Alegre e o governo do Rio Grande do Sul, conseguiram romper com maestria as amarras do isolamento que internamente, as elites e o governo brasileiro tentaram lhe impor. Ganharam reconhecimento internacional numa arena na qual os países desenvolvidos tinham tudo para liderar. Não me recordo de nenhuma política externa do governo brasileiro que tenha dado tanto destaque positivo ao país nos últimos anos. Muito ao contrário, nossa imagem externa mais recente era a de um país como campo de provas para políticas ultra liberais. Tudo isso parece ter mudado um pouco, agora.

Do global para as comunidades locais, fica mais um exemplo de que não há forças reais ou imaginárias que não possam ser contraditadas pela ação e pelo empenho dos grupos sociais organizados.

---

Marcelo Pereira de Mello é doutor em Ciência Política pelo IUPERJ, Professor Adjunto de Sociologia da UFF, Coordenador do Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais PPGSD/UFF.

## ENTREVISTA

# Quem tem medo do déficit fiscal?

**FRANKLIN SERRANO**, professor adjunto de Macroeconomia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) coloca em dúvida, nesta entrevista, um dos consensos mais consagrados do momento: a necessidade do ajuste fiscal. Ele é Doutor em Economia pela Universidade de Cambridge (Inglaterra), autor de vários artigos e capítulos de livros sobre macroeconomia e mercado de trabalho, concebidos na melhor tradição keynesiana.

**JORNAL DOS ECONOMISTAS** - *Porque o déficit público é sempre apresentado como um grave problema?*

**FRANKLIN SERRANO** - Há um surpreendente consenso entre economistas e políticos das mais diversas procedências sobre a inevitabilidade (ou ao menos desejabilidade) deste ajuste. O governo federal é contrário a existência de déficit público pelos posicionamentos, declarações e pressões de toda sorte que dispara contra os governos subnacionais, tanto que está fazendo o chamado ajuste fiscal. Ao mesmo tempo, diversos líderes de oposição municipais, estaduais e nacionais se apresentam aos eleitores como sendo capazes de fazer um ajuste fiscal mais "bem feito" do que o do atual governo (sem corrupção, cortando menos os gastos sociais, sendo menos injusto e arbitrário nos favorecimentos, etc). Ninguém parece ser contra o ajuste fiscal. E todos concordam que o governo (mesmo na esfera federal) não pode e não deve gastar mais do que arrecada.

Este consenso é particularmente preocupante nas condições atuais da economia brasileira depois de anos de baixo crescimento e fraca geração de empregos. Além do mais, sabe-se que o tamanho desejável do déficit público consolidado do país não tem nada a ver com um raciocínio de "economia doméstica". Se a economia está com capacidade ociosa e desemprego, é evidente não ser apenas possível, mas recomendável que se gaste mais do que se arrecada.

Além disso, devido ao fato bastante óbvio de que as receitas fiscais são fortemente pró-cíclicas

e de que, portanto, o déficit público é endógeno, sabe-se que o déficit público corrente não é a medida adequada para se afirmar se a política fiscal está ou não sendo expansionista. Muitos governos preferem o que chamam de "déficit de alto emprego", isto é, o déficit que seria obtido quando a economia operasse à plena capacidade.

No entanto, o governo brasileiro usa como meta de política fiscal o superávit fiscal primário que seria suficiente para estabilizar a razão entre a dívida pública interna e o PIB. Não questiona se este superávit primário, quando somado aos

PIB. O governo e seus aliados comemoram como grande vitória a redução de 48 para 44% desse indicador, um desempenho "melhor" do que o acordado com o FMI, que tinha acertado como meta o número de 50%.

Cabem, no entanto, algumas perguntas ingênuas: por que a comemoração? Por que fazer mais do que o FMI quer? Por que 50% é o limite superior aceitável? Em vários países totalmente estáveis e em diferentes épocas, observamos números superiores a 100%. O próprio tratado de Maastrich - considerado, uma camisa de força fiscal

teralmente a taxa de juros básica (ou piso) da economia. Isto significa que o governo, objetivamente, nunca fica a rigor numa situação de "não ter dinheiro" para pagar sua dívida interna.

Mas, vamos supor, para ajudar o raciocínio oficial, que "o público", sabendo que passamos do limite de 50,1%, resolve que não quer mais emprestar para o nosso governo. Neste caso, o governo teria de entregar moeda para o público pois é exatamente o que está prometido no contrato da dívida. A partir daí o público pode fazer várias coisas. Uma primeira alternativa é ficar com o dinheiro no bolso. Outra seria comprar dólares. Uma terceira seria comprar bens e serviços.

---

**"Se a economia está com capacidade ociosa e desemprego, é evidente não ser apenas possível, mas recomendável que se gaste mais do que se arrecada."**

---

pagamentos de juros, gera um déficit que é baixo (ou alto demais) no sentido preciso discutido acima. Em outras palavras: o governo não apenas não parece estar nem um pouco interessado em saber se sua política fiscal está gerando desemprego, mas - o que é bem mais surpreendente - também não parece se preocupar se a política fiscal está gerando inflação de demanda, ou um aumento indesejado no déficit externo em conta corrente!

**JE** - *O governo do país se inviabiliza por causa da dívida interna?*

**FRANKLIN** - Evidentemente porque o governo só se preocupa com uma coisa: a estabilização da razão entre a dívida pública e o

com viés fortemente recessivo até pelos editores da conservadora revista inglesa "The Economist" - impunha limites bem menos rígidos, com possibilidade de serem violados caso se registrasse "que progressos rápidos estavam sendo feitos".

**JE** - *Mas o que realmente aconteceria se a dívida aumentasse? Será que o governo brasileiro quebraria?*

**FRANKLIN** - Dificilmente. Ao contrário do orçamento de uma dona de casa, o governo do país não tem a rigor como quebrar pois emite a dívida pública interna denominada em sua própria moeda, logo o seu risco de inadimplência é evidentemente zero. Não é por outro motivo que o governo fixa unila-

**JE** - *Porque o governo dá tamanha ênfase ao problema do ajuste fiscal?*

**FRANKLIN** - Provavelmente o governo se preocupa com o ajuste fiscal pelo medo de que o público começasse desenfreadamente a comprar dólares e bens, provocando uma grande inflação. O problema aqui é que não se esclarece por que o público faria isso. Se o governo (que não quebra) está oferecendo taxas de juros suficientemente elevadas para tornar a aplicação alternativa em dólares pouco atraente e a compra de bens proibitiva, por que então o público alteraria de forma tão drástica seu portfólio? Só por que a razão dívida pública / PIB atingiu 50,1%?

A única situação minimamente plausível para esse comportamento ocorreria caso houvesse um grande consenso, entre os agentes econômicos, a respeito de uma alta probabilidade de calote da dívida pública que, aí sim, tornaria van-



## ENTREVISTA

tajoso, por exemplo, aceitar um rendimento menor porém garantido em dólar.

Mas, como vimos, o governo objetivamente não precisa dar calote interno em ninguém e à equipe de FHC, ao que tudo indica, falta para isso tanto motivo quanto vontade.

**JE - Em sua opinião qual a relação entre ajuste fiscal e crescimento?**

**FRANKLIN -** O governo e seus defensores argumentam também que o ajuste fiscal brasileiro recria as condições para o crescimento econômico, atribuindo a ele a tímida recuperação do crescimento da economia brasileira. Em particular alardeiam que a redução progressiva da taxa de juros observada desde 1999 no Brasil, e que assim teria permitido a recuperação da economia, foi resultado do ajuste fiscal.

Este raciocínio, entretanto, é no mínimo curioso. Seria bem mais lógico supor que a retomada do crescimento a curto prazo teria algo a ver com a mudança na política cambial. Essa mudança, ao permitir a desvalorização cambial, por um lado estimulou alguma recuperação das exportações; por outro levou a uma grande redução das importações tanto de produtos quanto de insumos.

Tudo indica que essa mesma mudança cambial também deve ter sido o fator determinante da mudança de posição do BACEN, justificando a adoção da política de reduzir a taxa de juros reais de seus níveis estratosféricos para os atuais (ainda bastante elevados) e que, de fato, parece ter estimulado moderadamente a retomada do crédito e do consumo.

**JE - Então que o ajuste fiscal tem a ver com isso?**

**FRANKLIN -** Naturalmente um ajuste fiscal que provoque uma recessão de fato leva a melhoria significativa da balança comercial pela queda induzida das importa-

ções. Mas se pensarmos que é este o efeito que diminuiria a pressão sobre o dólar e levaria o BACEN a baixar os juros, perceberíamos que a queda dos juros só poderia prosseguir até o ponto em que o nível de atividade e as importações recuperassem o patamar anterior. Não poderia haver nenhum efeito expansivo líquido. A política monetária estaria apenas devolvendo o que a fiscal teria tirado, senão, presumivelmente, as pressões sobre o dólar se ampliariam novamente.

Via redução de importações induzida pela recessão (a qual o governo chamaria eufemisticamente de "redução da dependência da poupança externa") talvez o ajuste fiscal sem a mudança cambial pudesse abrir espaço para a taxa de juros cair. Porém uma vez que o piso da queda dos juros é determinado pela necessidade de evitar pressões sobre o dólar vemos que o ajuste fiscal por si só não

produtiva da economia.

Devemos notar, entretanto, que o argumento de que a expansão se fará via aumento da demanda agregada não procede. Se o motivo do juro alto era exatamente coibir o potencial excesso de demanda agregada, resultante da política fiscal frouxa, a queda dos juros pós-ajuste fiscal não pode ultrapassar um limite: os juros só podem se reduzir o quanto for necessário para meramente substituir a queda do gasto público e do consumo privado, resultantes do ajuste fiscal, presumivelmente por investimento. A composição da demanda agregada mas não o seu nível.

Sem entrar no mérito da implausibilidade de uma retomada sustentada do investimento, apenas pelo efeito direto da queda dos juros (ainda mais os de curto prazo), e sem uma anterior ou prospectiva expansão de demanda sustentada que justifique a amplia-

"Não é fácil acreditar na idéia de que a economia brasileira está no momento sujeita a uma rígida restrição de oferta interna".

poderia ir longe o suficiente para fazer a economia se expandir.

**JE - O ajuste fiscal reduz a taxa de juros?**

**FRANKLIN -** Mas ao defender o ajuste fiscal o governo não concordaria que os juros dependem da situação externa. O argumento oficial, repetido inúmeras vezes na imprensa, é bem simples: o déficit público elevado faz subir a taxa de juros; sua redução via ajuste fiscal permite que os juros caiam. Mesmo aceitando esta relação, lembremos que o posterior efeito líquido positivo sobre o crescimento deve estar necessariamente associado a um suposto aumento do nível de investimento privado, em consequência da queda das taxas de juros, ampliando a capacidade

de produção da capacidade produtiva, esta história não parece ter nenhuma base empírica na experiência brasileira recente.

Não é fácil acreditar na idéia de que a economia brasileira está no momento sujeita a uma rígida restrição de oferta interna. O recente aumento da demanda agregada tem sido plenamente atendido pela expansão da produção e consequente aumento do grau de utilização da capacidade já instalada.

Descartada esta história oficial vemos que a relação entre taxa de juros e ajuste fiscal é exatamente a oposta: é a queda da taxa de juros (cujo piso tem a ver com as contas externas, não internas) que afeta a execução do ajuste fiscal - dada uma meta de relação dívida públi-

ca/PIB -, tornando-o menos contracionista.

No que diz respeito ao longo prazo, nunca é demais repetir que a verdadeira restrição estrutural ao crescimento sustentável do Brasil é a necessidade (e dificuldade) de ampliar consideravelmente a tendência de longo prazo da taxa de crescimento das exportações, e não é nada óbvio como a obtenção de um valor particular para a relação dívida pública/PIB vá aumentar a demanda por produtos brasileiros nos outros países do mundo.

**JE - Para que serve então o ajuste fiscal?**

**FRANKLIN -** Todos reconhecem os altos custos tanto para os governos, em todas as suas esferas, quanto para a população, do ajuste fiscal em andamento. No entanto o problema é que ninguém explica quais serão os benefícios. Deve ser por isso que o governo comemora o ajuste fiscal como uma grande realização em si mesma.

**JE - Mas insistimos em nossa pergunta: exatamente para que precisamos deste ajuste fiscal?**

**FRANKLIN -** Pelo que vimos acima sabemos que o ajuste fiscal que vem sendo feito não está voltado para a administração do controle racional da demanda agregada da economia. Por outro lado de forma alguma seria o responsável pela retomada do crescimento. Ao contrário, é provável que tenha contribuído para enfraquecer a expansão da atividade econômica.

Note-se que tanto a razão dívida pública/PIB quanto as metas inflacionárias, por exemplo, só se tornaram objetivamente importantes depois que o governo as incluiu no acordo com o FMI, infelizmente tornado essencial para garantir a estabilidade cambial e a liquidez externa do país. Mas lembremos que o acordo com o Fundo pode e deve ser modificado a partir de uma postura um pouco mais prag-

## ENTREVISTA

mática e menos ideológica do que a do governo atual.

Se afinal o FMI é o único motivo concreto para o ajuste fiscal como explicar o fato de o fazermos ainda maior do que o acordo pede? Será que faz sentido um regime de metas inflacionárias - que o FMI também não tinha pedido, mas o governo brasileiro fez questão de introduzir no acordo - que faz o BACEN subir os juros e desfazer parte da desvalorização cambial para frear o impacto inflacionário de um tarifaço, causado pelo próprio ajuste fiscal (no caso do petróleo) e pelas curiosas cláusulas de indexação das tarifas de serviços públicos privatizados?

Como o ajuste fiscal não gera "credibilidade externa" e vai além da imposição do acordo com o FMI, e observando que foi o governo brasileiro que fez questão de

**"Se afinal o FMI é o único motivo concreto para o ajuste fiscal como explicar o fato de o fazermos ainda maior do que o acordo pede?"**

fechar um acordo tão contractionista, o ajuste fiscal só está sendo feito desta maneira para satisfazer a ideologia neoliberal da equipe do ministério da Fazenda que se "orgulha" de ser mais conservadora que o FMI.

**JE - A oposição tem uma alternativa sobre a questão?**

**FRANKLIN -** Supondo que a oposição de fato tenha como prioridades o combate à pobreza e ao desemprego, é essencial que, em vez de aplaudir e apoiar sem questionamento o ajuste fiscal, pressione por uma política fiscal

que seja orientada racionalmente para evitar não apenas a geração de inflação de demanda mas também o aumento desnecessário do desemprego. Fundamental também é que se pressione o governo para que promova mais ativamente as exportações e, na medida em que isso não seja suficiente, que se aprofunde o processo atual de substituição de importações.

Para não sermos injustos com o governo federal, temos que admitir que alguns dos líderes da oposição, que se dizem críticos, acabariam fazendo em seu lugar a mesma coisa (ou até pior) se esti-

vessem no comando. Infelizmente, tem o pensamento alinhado com o governo e são igualmente obcecados pelo ajuste fiscal. É natural e praticamente inevitável, dado o jeito pelo qual o governo federal mantém os governos sub-nacionais em dificuldades financeiras, que estes últimos estejam sendo forçados a tomar medidas duras nesta área e que muito prejudicam suas administrações e populações. Só é triste ver que alguns líderes regionais e até nacionais, talvez confundidos pela retórica oficial e pela confusão ideológica neoliberal (ou será pós-moderna?), vão se mostrando convencidos de que afinal o tal ajuste fiscal é realmente necessário para o país e trará algum benefício. É fundamental que pelo menos a esquerda não caia de vez em (mais esta) armadilha.



# UCP 2001 - INSCRIÇÕES ABERTAS

ESPECIALIZAÇÃO "LATO SENSU"

## MARKETING

Coordenação Geral: João Ferreira Bezerra, PhD

### ESTRUTURA

Módulo I - Fundamentos do Marketing Empresarial  
Módulo II - Marketing Estratégico  
Módulo III - Gerência de Marketing  
Módulo IV - A Nova Era do Marketing

### PÚBLICO ALVO

Dirigentes, Gerentes, Profissionais, Professores e Consultores da Área de Marketing com Formação Superior

### DURAÇÃO

17 meses - 360 h/aula

## DESEMPENHO EMPRESARIAL

Coordenação Geral: João Ferreira Bezerra, PhD

### ESTRUTURA

Módulo I - Contexto Empresarial  
Módulo II - Pensamento Estratégico  
Módulo III - Sistemas de Gestão de Processos  
Módulo IV - Técnicas de Gestão de Processos  
Módulo V - Processos Organizacionais  
Módulo VI - Gestão do Conhecimento

### PÚBLICO ALVO

Dirigentes, Gerentes, Profissionais, Professores e Consultores com Formação Superior

### DURAÇÃO

17 meses - 360 h/aula

**UCP**  
Universidade Católica de Petrópolis  
www.ucp.br

## INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

Central de Atendimento UCP

**0-800-24-8877**

ou pela internet  
**www.ucp.br**

**Início em  
Março de 2001**

# "O Rio de todos os Brasis"

Uma reflexão em busca de auto-estima

Autor: Carlos Lessa

A Editora Record, em boa hora, organizou a coleção "Metrópoles" da qual o livro do professor Carlos Lessa é o segundo lançamento, o primeiro foi Porto de Histórias sobre Porto Alegre, de Moacyr Schiar e estão programados ensaios sobre Recife, Brasília, São Paulo, Belo Horizonte e Salvador. Essa coleção preenche uma lacuna na historiografia nacional de estudos sobre o desenvolvimento dos grandes centros urbanos brasileiros, redigidos por intelectuais nascidos ou que adotaram essas cidades como local de moradia. O professor Lessa é um genuíno carioca e assim suas reflexões estão voltadas para a cidade do Rio de Janeiro, que atualmente derrama-se muito além das suas fronteiras políticas. Ele, elegantemente, não deprecia a incorporação da pobre periferia dos morros e baixada nas suas análises e define esse amálgama como o carioca. *Este é o mestiço dos brasis.*

O livro é uma coletânea de brilhantes ensaios na mais pura tradição do século XIX sobre a cidade do Rio de Janeiro. Como intelectual renomado e um dos mais argutos economistas de sua geração que produziu Maria da Conceição Tavares, Antônio de Barros Castro, Antônio Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen, o livro é um hino de amor a cidade. A marca dos ensaios aqui reunidos é uma visão comprometida com seu projeto político de reconstruir a alma do Rio de Janeiro e soldar os fragmentos do seu espelho partido e as muitas cidades que coexistem no seu espaço urbano. Sua paixão pela cidade tomou vulto, na primeira gestão do prefeito Maia; a partir de uma idéia do arquiteto Conde o professor Lessa foi o elab-

rador do Plano de Estratégico da cidade, sua primeira ode ao Rio, enquanto tentativa de recriar a auto-estima, via a intervenção pública. Este plano projetou o nome do secretário Conde que acabou se elegendo prefeito da cidade.

A cidade do Rio de Janeiro tem uma vasta crônica sobre inúmeros aspectos de seu cotidiano, mas poucos estudos analíticos; o texto do professor Lessa preenche essa lacuna. Os onze capítulos que compõem o livro são ensaios com vida própria, claro que concatenados entre si. Produzidos ao longo de sua vivência como professor em aulas proferidas no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Cada capítulo é uma instigante análise sobre os temas tratados, que vão dos condicionantes naturais e geográficos do Rio de Janeiro da Colônia, Império e República, Cidade Maravilhosa, até pobreza e violência. A erudição do professor fica evidenciada pelo seu passeio pela historiografia brasileira, com seu perfeito domínio dos principais autores; algumas idéias expostas são verdadeiras pérolas para o estudo da cidade.

Examinando o Rio de Janeiro como lugar, memória, representação, sonho e projeto global no imaginário nacional e local, o autor realça a cidade como a primeira Brasília do Brasil. Refaz a trajetória econômica e social da cidade, mostrando como o café a principal riqueza do Brasil no século XIX e metade do século XX nasceu nas terras do Rio de Janeiro, plantado

no Convento da rua dos Barbons (atual Evaristo da Veiga), ganhou o maciço da Tijuca, a Serra da Carioca, esprou-se pelo vale do rio Paraíba e transformou-se no ouro verde nacional. Foi a República que engendrou o caso de amor entre o Rio de Janeiro e o Brasil, "*a República fez do Rio o espelho da nação como futuro feito presente*". Esta simbiose fez uma sociedade sem interesses regionais, imagem-síntese do Brasil pós-colonial e finalmente na segunda metade do século XX a cidade-partida. Na sua análise a mutilação do Estado brasileiro repercute na cidade mais

intensamente que em qualquer outra metrópole nacional. Da Paris dos Trópicos para a Miami da América do Sul dos anos 1990 o Rio se dilacera nos neo-estigmas atuais da violência, criminalidade e pobreza. Em suas palavras: "*No Rio a pobreza caminhou do anonimato cinzento do cortiço para a visibilização da favela da encosta. Toda redescoberta ideológica do Brasil e a exaltação do Rio Cidade Maravilhosa incorporou a favela à paisagem; porém, de forma muito precária, à cidade.*"

Os capítulos históricos são leituras obrigatórias para os estudiosos da sociedade e da economia do Rio de Janeiro. Da saga dos Sá na acumulação da prata de Potosi, da qual o nome Copacabana é um vestígio, até sua hipótese de que o Rio é a chave para a compreensão do processo de formação do Estado brasileiro, da unidade territorial e da identidade nacional. Sua explicação para esse Rio



que pensa Brasil é que este não ameaçava os interesses econômicos/políticos de nenhuma região brasileira e quando perdeu a hegemonia econômica não se converteu num gueto burocrático como Brasília ou Frankfurt e assim "antropofagizou" o conflito entre nacional/local e moderno/tradicional.

A história do Rio segundo ele é uma história de perdas, como refazer esta trajetória? A satanização do Rio, para o professor Lessa, é decorrente da imagem de que o brasileiro está no Rio, este é espelho do futuro do Brasil. A frustração nacional com o futuro do País reflete-se de forma aguda na quebra de auto-estima da sociedade e o Rio submerge no imaginário popular, *o Rio é o Brasil e o futuro do Brasil está comprometido!* Sua conclusão é que a decadência da cidade, paixão dos brasileiros durante o século XX, reflete na realidade a perda de auto-estima nacional.

Economistas e cientistas sociais ganharão muito lendo "O Rio de todos os Brasis", porque a viagem do professor Lessa pela história da formação sócio-econômica do Rio é uma lição de como se pode navegar pelos distintos campos teóricos da história, economia, sociologia e antropologia com rigor e erudição.

Hildete Pereira de Melo é professora da Faculdade de Economia da UFF, Vice-Presidente do Instituto de Economia do Rio de Janeiro (IERJ) e membro titular do Conselho Regional de Economia (CORECON/RJ).



## Um marco histórico

A realização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, encerra vários significados que apenas ao longo do tempo, e de seus reais desdobramentos, poderão vir a ser adequadamente avaliados. Entretanto, independentemente do futuro que continuará a ser construído, algumas questões podem ser assinaladas como importantes avanços para todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para que o Fórum viesse a se tornar uma realidade.

Os objetivos do Fórum Social Mundial voltaram-se para a formulação de alternativas, para a troca de experiências e para a construção de articulações orgânicas, táticas e estratégicas entre movimentos sociais, sindicatos, ONG's, associações e entidades religiosas, militantes políticos e intelectuais que de algum modo se opõem às políticas de natureza neoliberal que nos últimos vinte anos vêm procurando se implantar em várias partes do mundo. Nesse aspecto, a constituição do Fórum representou um salto político e organizativo importantíssimo em relação as mobilizações que começaram a ganhar uma dimensão internacional a partir das manifestações ocorridas na Europa, em 1998, contra o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI); em Seattle, nos E.U.A., durante o encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC), em novembro de 1999; e nas últimas reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, realizadas em Washington e em Praga. Desse modo, pode-se afirmar que o Fórum representou a primeira grande iniciativa de todos esses segmentos - de uma forma unitária, simultânea e com uma dimensão global - em apresentar ao mundo não apenas uma resistência às políticas do *mainstream* mas, principalmente, alternativas propositivas que, de acordo com a consigna do próprio Fórum Social Mundial, nos faça

acreditar que "um outro mundo é possível".

Sob esse ponto de vista, o êxito do Fórum Social é incomensurável. Em que pese a pluralidade de opiniões e visões de mundo presentes, e muitas vezes divergentes, dentre os participantes do encontro de Porto Alegre, há hoje um consenso com relação ao repúdio necessário às políticas excludentes, particularistas e concentradoras de renda e riqueza que são formuladas e difundidas especialmente pelos círculos de defesa e interesse das grandes corporações transnacionais, sob a égide do capital financeiro internacional. Cresce a sensibilidade, em amplos setores da opinião pública mundial, que as proposições de natureza neoliberal têm a sua origem na defesa dos interesses microeconômicos desses grandes conglomerados e que as suas transposições para o âmbito das políticas

macroeconômicas conduzidas pelos Estados Nacionais vêm produzindo enormes deformações e prejuízos incalculáveis para os interesses das maiorias apartadas de direitos sociais e dos próprios benefícios do desenvolvimento econômico engendrado. Nesse sentido, a própria pluralidade e diversidade presentes no Fórum Social são emblemáticas da natureza universal que a resistência ao *pensamento único* adquire. Demonstra força e vitalidade, conforme ficou patente no debate promovido por um canal da televisão francesa, através de uma teleconferência, reunindo participantes do Fórum Econômico Mundial (realizado em Davos, Suíça) e do Fórum Social. E recoloca, também, a própria natureza da busca de alternativas ao projeto de domi-

nação global das grandes corporações mundiais. Não se trata, na verdade, em se encontrar um contraponto propositivo ao pensamento único liberal. A unidade encontra-se, de uma forma cada vez mais desenvolvida, na resistência aos princípios, objetivos e políticas de cunho neoliberal. As alternativas propositivas não devem se consubstanciar enquanto um *pensamento único alternativo*. Muito pelo contrário, as alternativas consistentes devem se fundar nas particularidades históricas, econômicas, sociais e culturais de cada região, de cada país, de cada formação histórica concreta. Onde homens e mulheres se encontram

---

**"Definitivamente não é esse o mundo que queremos. E essa, com certeza, foi a principal mensagem passada para o mundo pelo Fórum Social"**

---

no desafio da construção de sociedades que venham a ser cada vez mais humanas, no sentido mais generoso desse termo, e não fundadas na mercantilização vulgar de nossa existência e do mundo como todo. Nesse mundo de interesse das grandes corporações - apoiado por poderosas estruturas orgânicas como o G7, a OMC, a OTAN, o FMI, o Banco Mundial - conforme destacou o sociólogo Emir Sader, em uma das palestras do Fórum Social, "os direitos são substituídos pelo poder de compra no mercado, os cidadãos pelos consumidores, os países pelos mercados, a livre informação pela propaganda mercantil, os debates políticos pelas campanhas de marketing, as ruas e praças pelos shopping centers e pelos condomínios fechados, os comércios e concentrações populares pelos pronunciamentos televisivos, a soberania nacional pelos capitais financeiros desregulamentados, a soberania popular pela opinião pública fabricada pela mídia finan-

ciada pelos grandes capitais, o financiamento da produção e do consumo popular pela agiotagem especulativa".

Definitivamente não é esse o mundo que queremos. E essa, com certeza, foi a principal mensagem passada para o mundo pelo Fórum Social Mundial.

A busca de alternativas, assim, se apoia e se amplia em iniciativas como as de Porto Alegre, mas a elas não devem se restringir. O trabalho cotidiano de construção de proposições humanistas e populares deve ganhar expressão cada vez mais nítida em cada cidade, em cada país, em cada região. E nesse aspecto, o papel que o Brasil pode representar é de uma significativa relevância. O próprio fato da cidade de Porto Alegre ter sido a escolhida para sediar o Fórum Social é um exemplo de como a luta da oposição brasileira é observada com atenção pelos segmentos do movimento social mundial que se opõem ao neoliberalismo. Pelo seu porte continental, pela sua estratégica posição no hemisfério sul, pelas suas enormes potencialidades naturais, populacionais, econômicas e culturais e, principalmente, pelo nível de articulação e consistência que a oposição brasileira ao neoliberalismo já alcança (muitas vezes minimizada internamente), o Brasil é visto como um dos países-chave para um fortalecimento global das alternativas ao domínio neoliberal das grandes corporações.

O que temos pela frente, portanto, é uma estrada que irá nos exigir capacidade de formulação, iniciativas criadoras, combatividade e, especialmente, perseverança na crença que a roda da história depende da ação e da vontade humana em jamais se conformar.

---

Paulo Sergio Souto Passarinho é diretor do Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro e foi delegado no Fórum Social Mundial.

## EVENTO

# III Encontro Internacional de Economistas sobre Globalização e Problemas de Desenvolvimento

## PRINCIPAIS RESOLUÇÕES

Entre os dias 29 de janeiro a 02 de fevereiro realizou-se na cidade de Havana/Cuba um encontro dos economistas latino-americanos. Este encontro foi organizado pela Associação de Economistas da América Latina e do Caribe (AEALC) e a Associação Nacional de Economistas e Contadores de Cuba (ANEC). Estiveram presentes 1.112 participantes de praticamente todos os países latino-americanos: pesquisadores, docentes e estudantes de faculdades, escolas e institutos de Economia e Ciências Sociais do continente, lideranças de associações profissionais e sindicais. O associado do CORECON Ademar dos Santos Mineiro, membro titular do COFECON e da AEALC esteve presente no encontro representando nossas entidades.

Os participantes reconheceram que o processo de globalização gera sérias distorções na base sócio-econômica e cultural latino-americana. As condições impostas por organismos internacionais e o caráter exercido sobre estes pelas potências mundiais, assim como as políticas protecionistas dos principais centros de poder, constituíram-se em fortes barreiras ao desenvolvimento. A maioria dos participantes concluiu que as políticas econômicas neoliberais não contribuíram para o desenvolvimento dos seus países. A solução para este problema deve vir através de um processo multidimensional, sustentável, baseado na participação popular e que tenha, fundamentalmente, como objeto e sujeito o ser humano, preservado na diversidade de sua identidade e cultura. Assim, os participantes aprovaram de forma unânime as seguintes ações:

- (1) Difundir a concepção de desenvolvimento sustentável que inclua a preservação dos recursos, o desenvolvimento humano e o fomento de uma ética social baseada em novos princípios distributivos;
- (2) Promover o desenvolvimento dos níveis educacionais

e culturais da população e influenciar o redesenho e a democratização dos meios de comunicação, assim como uma maior participação da sociedade civil nos processos decisórios nacionais;

- (3) Recomendar o desenho e implementação de políticas setoriais que acompanhem os processos de abertura comercial, de forma que se considerem os interesses do desenvolvimento e produção nacional;
- (4) Elaborar e colocar em prática uma estratégia de competitividade regional que reforce a cooperação e a coordenação e que unam os países para a discussão de posições comuns na área internacional;
- (5) Desenhar uma agenda política que inclua os elementos que permitam realizar uma análise da competitividade com uma visão mais ampla de caráter estrutural;
- (6) Constituir uma rede internacional para combater os aspectos negativos da globalização neoliberal, considerando as vantagens da tecnologia de informação;
- (7) Exigir o estabelecimento de regulamentos que neutralizem os efeitos adversos dos mecanismos de preços de transferências dentro das empresas transnacionais, realizando as modificações necessárias de acordo com a legislação vigente;
- (8) Implementar mecanismos de coordenação de políticas, nos esquemas de integração entre os países subdesenvolvidos, assim como instrumentos de compensação social;
- (9) Promover nos esquemas de integração, mecanismos multinacionais e supranacionais que fortaleçam a soberania dos países membros;
- (10) Reforçar e aperfeiçoar o papel dos bancos de desenvolvimento na região latino-americana para que atuem

como complemento indispensável nos processos de integração regional;

- (11) Criar um Banco Latino-Americano de fomento à produção, financiado por um imposto sobre as vendas de bens e serviços e que destinaria seus fundos aos projetos de impacto em termos de valor agregado;
- (12) Reformar e democratizar as instituições internacionais multilaterais, em particular as de caráter monetário financeiro;
- (13) Formar um Fórum Latino-Americano da Dívida Externa com a intenção de difundir, em cada um dos países, os antecedentes históricos, econômicos e políticos que ocasionaram o endividamento para mobilizar a opinião pública em torno de sua anulação;
- (14) Continuar exigindo dos credores que assumam parte dos custos das crises;
- (15) Criar uma instância de apelação para a sociedade civil nos diferentes países, capaz de enfrentar as decisões dos organismos multilaterais;
- (16) Instalar auditorias e processos judiciais para examinar a dívida e determinar de que forma esta foi constituída;
- (17) Criar uma associação de devedores para discutir com os credores;
- (18) Criar fontes de financiamento alternativas ao FMI e ao Banco Mundial, tanto no plano doméstico como internacional. O primeiro através da via fiscal e o segundo com impostos do tipo TOBIN;
- (19) Continuar oferecendo incentivos ao investimento estrangeiro direto para fomentar o desenvolvimento nacional;
- (20) Reduzir o nível de imposto ao consumidor e aumentar o do capital especulativo;
- (21) Criar um sistema tributário que estimule a desconcentração territorial das empresas;

## LIVROS COM DESCONTO

A Editora Campus está oferecendo os livros abaixo, com desconto de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria com intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a formação dos economistas.



**Economia Monetária e Financeira - Teoria e Política**  
Vários autores  
De: R\$ 55,50 Por: R\$ 38,50

- *A Ordem do Progresso*. Abreu, M.P. - De: R\$ 55,00 Por: R\$ 38,50
- *Avaliação Econômica de Projetos*. Buarque, C. - De: R\$ 44,00 Por: R\$ 30,80
- *História do Pensamento Econômico*. Hunt, E. - De: R\$ 59,00 Por: R\$ 41,30
- *Contabilidade Social*. Feijó - De: R\$ 39,00 Por: R\$ 27,30
- *Nada é Tudo*. Giannetti, E. - De: R\$ 33,00 Por: R\$ 23,10
- *Economia Internacional: Teoria e Política*. Kenen, P. - De: R\$ 95,00 Por: R\$ 66,50
- *Finanças Públicas - Teoria e Prática* - Giambiagi, F., Alem, A. De: R\$ 49,00 Por: R\$ 34,30
- *Macroeconomia: Teoria e Política Econômica*, Blanchard, O.J. De: R\$ 85,00 Por: R\$ 59,50
- *A Nova Economia Internacional: Uma Perspectiva Brasileira*, Gonçalves, R. De: R\$ 55,00 Por: R\$ 38,50
- *Informação e Globalização na Era do Conhecimento*, Lastres, H., Albagli, S. De: R\$ 49,90 Por: R\$ 34,93

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.  
Horário de funcionamento: de segunda a sexta, das 13h às 17h.  
Tel: (0xx21) 232-8178

# FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Tentamos aqui relatar algumas das intensas e gratificantes experiências vivenciadas no Fórum Social Mundial

"Nós queremos Paz, não a guerra! Paz, mas nunca a Passividade! Por isso, fomos a Porto Alegre!" Augusto Boal

Entre 25 e 30 de janeiro, Porto Alegre sediou o Fórum Social Mundial, que reuniu entidades de todo os continentes que buscam a construção de outro mundo, diferente daquele idealizado pela elite capitalista mundial que se encontraram na mesma data no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça. O teatrólogo Augusto Boal, o diretor do Le Monde Diplomatique, Bernard Cassen, O Líder da Libertação e Presidente da Argélia, Ben Bella, As Mães da Praça de Maio, governadores de Estados, senadores, deputados e vereadores de todo Brasil, Ricardo Alarcón, Presidente do Parlamento Cubano, o líder do MST João Pedro Stédile, sociólogo português, Boaventura Sousa Santos, o ativista antimilitarista francês, José Bové, Danielle Mitterrand, Presidente da Associação France Liberté, são apenas alguns exemplos de personalidades que, junto a milhares de outras pessoas, estavam presentes ao encontro, discutindo, trocando experiências que levem à construção desse novo mundo.

A democratização do orçamento, pela sua pertinência, foi um tema debatido em diversas palestras e oficinas dos variados temas, comprovando a sua importância para o pleno desenvolvimento da democracia. Abaixo, procuramos reproduzir algumas importantes falas sobre esse assunto, nas respectivas mesas:

**Oficina sobre experiências de Orçamento Participativo**

A primeira mesa da oficina foi aberta pelo Governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra. No seu discurso, Dutra exaltou a importância do Orçamento Participativo como um direito do cidadão, e ainda criticou a falácia da incapacidade empreendedora do Estado. Em Porto Alegre, por exemplo, há uma empresa pública de transportes superavitária que atende a 20% do transporte na cidade, e que concorre com as empresas privadas, há também a empresa de água e esgoto responsável pelo saneamento básico da cidade, igualmente superavitária, comprovando a eficiência de gerência do governo indo de encontro com a teoria privatizante. O governador destacou que na última realização do Orçamento Participativo, duzentos e oitenta mil pessoas interferiram ativamente nesse processo.

Na oficina, André Passos Cordeiro e José Valdir, respectivamente, coordenador do Gabinete de Planejamento da Prefeitura de Porto Alegre e coordenador das Relações com a Comunidade da Prefeitura de Porto Alegre, apresentaram a experiência do Orçamento Participativo em Porto Alegre. Os coordenadores explicaram todo o processo técnico. O regimento do Orçamento Participativo se altera anualmente, conforme as necessidades dos participantes da população.

A discussão da "Dinâmica de funcionamento do Orçamento Participativo em governos regionais e as experiências internacionais" contou com quatro mesas. A primeira descreveu a experiência do

Orçamento Participativo no Estado do Rio Grande do Sul, com a palestra de secretários do governo do Estado. O Orçamento Participativo do Estado segue as mesmas diretrizes do Orçamento Participativo de Porto Alegre.

A segunda mesa retratou caso de Orçamento Participativo em Saint Dennis na França. O representante da prefeitura desta cidade colocou que os estrangeiros residentes na cidade eram incluídos no processo de Orçamento Participativo, apesar de serem excluídos do processo eleitoral representativo. O processo na sua cidade inclui, além da discussão das despesas, a decisão sobre a tributação de ordem municipal.

O tema da terceira mesa foi a luta popular pela implantação do Orçamento Popular. Cláudio Losano, representante do Movimento pela implantação do Orçamento Participativo em Buenos Aires, expôs o significado mais profundo desse processo. O Orçamento Participativo revoluciona a concepção hegemônica de que a economia é uma ciência exata. Por meio do Orçamento Participativo, são colocadas as prioridades políticas e sociais da sociedade. Além disso, o Orçamento Participativo é um instrumento essencial para que os regimes políticos sejam verdadeiramente democráticos. A população não esgota sua intervenção no processo político quando elege seus representantes. Ela continua interferindo, decidindo como o dinheiro público deve ser arrecadado e gasto.

Na mesma mesa estava o coordenador do Fórum Popular do Orçamento Luiz Mário Behnken para relatar as experiências de Fóruns Populares de Orçamento das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e São José do Rio Preto. Luiz Mário explicou que os Fóruns Populares de Orçamento se formam a partir da articulação de entidades, cidadãos, sem estatuto jurídico, apartidária, que objetivam a democratização do Orçamento Público, uma vez que este sistematiza as políticas públicas e clarifica as opções/prioridades políticas/ideológicas dos governantes. Luiz Mário pontuou como as principais bandeiras dessas organizações: **Transparência nas contas públicas, Participação Popular e Prioridades Sociais**. É evidente a interdependência entre os três objetivos quanto maior for a transparência, maior a participação e, por conseguinte, a inversão de prioridades.

Nas cidades onde não há Orçamento Participativo o espaço de representação é o parlamento. Os Fóruns buscam os dados orçamentários em meios oficiais, traduzindo-os para um linguagem acessível a todos. Promovem-se discussões e disponibilizam-se os esses dados, assim, capacitando as entidades integrantes do fórum. A interferência na peça orçamentária se dá através da atuação junto ao Poder Legislativo, na presença nas audiências públicas e na apresentação de emendas às proposições pertinentes. O fornecimento de informação à opinião pública é essencial para a mobilização da sociedade e tem sido a principal forma de ação dos fóruns.

*Da tributação dos inocentes à justiça fiscal - a justiça fiscal como instrumento de distribuição de renda e de riqueza nos países periféricos.*

Fátima Gondim, diretora de Estudos Técnicos do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal - Unafisco-Sindical, em mesa presidida por Ana Mary Carneiro, fez uma exposição sobre a questão fiscal no Brasil. O modelo tributário nacional é de baixo custo e de alta ineficácia, que permite uma tributação mais rápida, como prescrita pelo FMI. De fato, a tributação no país é extremamente injusta. A maior parte da arrecadação se faz através de impostos indiretos, que acabam por equalizar a tributação entre ricos e pobres, uma vez que não há uma diferenciação significativa entre as alíquotas sobre os bens de primeira necessidade e sobre os bens de luxo. A forma como a renda é tributada faz com que a política fiscal seja regressiva, isto é, quem tem mais paga menos imposto.

Dada a importância da política fiscal na distribuição das riquezas, a receita proveniente de impostos deve ser passível de discussão. Como afirmou o secretário da Receita Federal no Estado do Rio Grande do Sul, Arno Augustin Filho, já se vislumbram formas de o Orçamento Participativo interferir na receita, na definição da arrecadação.

*Quais são os fundamentos da democracia e de um novo poder?*

"A população tem que ter o direito de decidir o que realmente ela quer", afirmou Raul Pont, em referência ao Orçamento Participativo, que, na sua concepção, mostra as prioridades da própria população. O ex-prefeito de Porto Alegre colocou que o Orçamento Participativo era uma bandeira de sua campanha. Quando assumiu o governo, Pont acreditava que a prioridade da cidade era investimentos em transportes e o Orçamento Participativo, que clarifica a real necessidade da população, revelou que as principais demandas da população eram habitação e saneamento básico. Porto Alegre, uma das cidades pioneiras do Orçamento Participativo, é uma das cidades de melhor qualidade de vida do Brasil.

Isto mostra, como disse o ex-prefeito, a verdade da idéia difundida de que as pessoas tidas como mais sábias, seja por maior nível de instrução ou conhecimento, tem que decidir pelas demais. Tal idéia acaba com qualquer pretensão de democracia, que deve ser um governo do povo, pelo povo e para o povo.

*Como assegurar o direito à informação e a democratização dos meios de comunicação?*

Aruna Roy (Índia - prêmio Magazenas pelo trabalho sobre o direito à informação entre grupos rurais no Rajasthan) contou sobre sua experiência na busca de abertura das contas públicas em sua região. As contas em sua região eram feitas de forma obscura e inacessíveis ao conjunto da população. Aruna batalhou organizando a população e exigindo a abertura e transparência do orçamento público. Durante sua luta foi por muitas vezes desacreditada e também chamada de louca. Em sua terra em função da dominação inglesa, o poder público agia segundo seus interesses, sem buscar harmonia com os interesses populares, e escondiam as contas públicas em documentos secretos usando os métodos de administração ingleses, quando a Índia ainda era colônia.

Ao ser inquirida sobre a importância da espiritualidade no seu país, Aruna respondeu que não pode haver espiritualidade sem o mínimo de condições materiais, quando a maioria do povo passa fome. A democratização do orçamento é parte essencial da reversão deste quadro, sendo o orçamento uma peça de planejamento onde devem estar elencadas as prioridades sociais.

**O Banquete Macbeth (trechos) - Augusto Boal**

"Quando, em fins de janeiro, reunimos o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, discutindo os malefícios da globalização selvagem, o que estariam fazendo os Senhores de Davos, naquele preciso momento? Estavam levando Pitágoras às últimas conseqüências - estavam reificando, coisificando os números, dando-lhes vida autônoma, fisíonomias próprias, tornando-os sólidos, concretos e... fazendo abstração dos seres humanos.

Os números de Davos são números insensíveis à vida humana; são números cegos que ignoram doentes sem hospitais, crianças sem escolas, cidades sem esgotos, multidões esfomeadas: são números que só conversam com outros números e não nos olham na cara.

Os Senhores de Davos pensam no Lucro Abstrato e esquecem a fome concreta. Os cálculos que fazem são corretos: o que é incorreto, para eles, é a existência dos seres humanos, mero apêndice desses números.

Em Davos, os números passam a ser o sujeito da História: alíquotas, juros, índices Dow Jones e Nasdaq, dividendos - para eles o mundo existe, não para nós... Para eles nada importam a saúde e a educação, o bem estar e o lazer, porque estas são preocupações humanitárias e não econômicas - não interessam à Economia Abstrata de Davos."

## FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Rio de Janeiro

As matérias publicadas nesta página são de autoria das estagiárias Mirelli Malagutti, Mayra Juruá e Fernanda M. Jones Náder, sob supervisão de Luiz Mário Behnken.

Se você quiser participar e emitir sua opinião sobre o Orçamento carioca, as reuniões do Fórum Popular do Orçamento acontecem sempre às quintas-feiras, às 18 horas no Corecon. Estas reuniões são abertas à participação de qualquer cidadão. Para novas e outras informações e envio de críticas/sugestões para esta coluna:

CORECON: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ  
CEP 20054-900 - Tel. (21) 232-8178 - Fax (21) 509-8121 - E-mail: fporj@bol.com.br

Home page: <http://www.economistas.com.br>

Lista de discussão do Fórum: [forumrio@rits.com.br](mailto:forumrio@rits.com.br)

## ABRE ASPAS



**A RIQUEZA DO FUTURO – Riscos e Oportunidades na e-conomia** – Autores: Stan Davis e Christopher Meyer – Editora Campus/2000. Para os autores, a geração da riqueza na *Era da Informação* tem sido mais financeira (a aceitação, a negociação e a gestão de riscos) e menos física (a produção e o consumo de bens); a acumulação da riqueza está deixando de se dar via receita auferida (salários) e passando a se dar via receita não-auferida (investimentos); e o controle da riqueza está saindo das mãos das instituições para as mãos das pessoas físicas. O livro coloca uma instigante perspectiva acerca do que o futuro nos reserva. Tudo está fundamentado nas três consequências mais importantes da nova economia conectada: o risco encarado como oportunidade, não apenas como ameaça; a crescente eficiência dos mercados para capital humano; e a necessidade de novas formas de capital social. Estes três fatores estão se combinando e assumindo formas que vão mudar para sempre a maneira como as pessoas físicas, as empresas e a sociedade geram, acumulam, controlam e distribuem a riqueza. Informações Adicionais: [assessoria@campus.com.br](mailto:assessoria@campus.com.br)

**LAS MUJERES CHILENAS EN LOS NOVENTA – HABLAN LAS CIFRAS** – Comisión Económica para América Latina y el Caribe/CEPAL – Santiago do Chile/2000. A criação do Serviço Nacional da Mulher e o restabelecimento da democracia, trazem consigo a necessidade de difundir políticas públicas que incluam a equidade de gênero. O presente livro publicado através de convênio realizado entre o Governo do Chile e a CEPAL, apresenta um perfil comparativo da situação das mulheres chilenas entre 1990 e 1998, que permite ter uma visão geral da evolução da família e de toda a sociedade, tanto em aspectos socioculturais como econômicos e políticos, desde uma política integral do desenvolvimento. Este perfil apresenta os aportes realizados pelas mulheres no desenvolvimento do país e as brechas, por razões de gênero, que as afetam negativamente nos benefícios que alcançam em relação aos homens. O livro, também, articula esta disparidade com outras dimensões da inequidade social, como a pobreza, a idade e a residência urbana ou rural. Informações Adicionais: (562) 208-19-46 / E-mail: [publications@eclac.cl](mailto:publications@eclac.cl)



**POLÍTICAS SOCIAIS E AMPLIAÇÃO DA CIDADANIA** – Autor Pedro Jacobi – Editora FGV/2001. Os processos desencadeados ou estimulados pela Constituição levaram a uma redistribuição parcial de recursos, programas e responsabilidades, mas a forma com que isso se deu não se caracterizou por uma descentralização clara e planejada. Iniciativas inovadoras emergiram de estados, municípios e do próprio governo federal, mas observamos uma certa aleatoriedade em quem assume a liderança, de liderança para liderança, partido para partido e área de atuação. Entretanto, pouco ou nada mudou efetivamente em relação ao grau de desigualdade ou exclusão social presente em geral no país. Entre a formulação da política pública e sua operacionalização, há problemas difíceis de arquitetura institucional e social, de criação de novos espaços e arranjos de coordenação, de consulta e de exercício de cidadania nas suas formas coletivas. O livro toma por base estudos de caso. O autor faz uma análise focalizando quatro municípios do estado de São Paulo, incluindo a própria capital, durante a gestão 1989-92 e a inicia com uma atualização do debate teórico sobre cidadania, esfera pública e descentralização, expõe possibilidades e dificuldades, faz conclusões onde é possível, e críticas onde é necessário. O livro demonstra o quanto temos que avançar na construção de uma cidadania e oferece uma análise da viabilidade de certos caminhos. O conhecimento se constrói no confronto com os problemas e na sua superação. Informações Adicionais: [editora@fgv.br](mailto:editora@fgv.br)

**O MOSAICO PARTIDO – A Economia além das equações**, de Ladislau Dowbor – Editora Vozes/2000. O livro é um relato de vivências de uma pessoa que estudou economia para entender o mundo. Um mínimo de bom senso indica que é absurdo, 10 milhões de crianças morrerem de fome neste planeta cheio de tecnologias e riquezas. Ou 400 pessoas terem mais dinheiro do que a renda anual da metade mais pobre da população mundial. Ou países já ricos enriquecerem mais ainda vendendo armas sofisticadas a países muito pobres, para depois enviar aviões com víveres e medicamentos. Estudar economia é bem visto, pois permite formar doutores. Denunciar os absurdos que se descobre, no entanto, é muito mal visto, pois forma subversivos. Ao reconstruir os nossos dilemas econômicos e culturais a partir das vivências, o autor constrói uma rampa suave para os que não gostam de equações, mas gostam de entender as coisas. O texto articula bom senso e valores, ciência e vivência, paixões e razões. O autor nasceu na França, naturalizou-se brasileiro, formou-se em economia política na Universidade de Lausanne (Suíça). É mestre e doutor pela Escola Central de Planejamento e Estatística da Polônia. Hoje, leciona Economia e Administração na PUC/SP e no mestrado da Universidade Metodista de SP. Tem vários livros publicados pelas Editoras Brasiliense e Ática. Informações Adicionais: Editora Vozes Ltda. Rua Frei Luís, 100 – Petrópolis/RJ – [www.vozes.com.br](http://www.vozes.com.br)



**ESTUDOS Sociedade e Agricultura** – Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/CPDA – Universidade Federal Rural do RJ – Editores: Luiz Flávio de Carvalho Costa e Raimundo Santos. *Estudos Sociedade e Agricultura* teve início em outubro de 1993 e caminha para sua 15ª edição. A periodicidade é semestral, com lançamentos de novos números sempre nos meses de abril e outubro. Poucas revistas de Ciências Sociais, aplicadas ao estudo do mundo rural a partir de uma perspectiva interdisciplinar, tem dedicado partes temáticas à agricultura, ciência e técnica. Algumas edições abordam a Nova Ruralidade, Transgênicos, temas da Literatura de Canudos, Agricultura e Globalização. Todos abrangem uma vasta área de competência e despertam o interesse de diversos profissionais como: economistas, historiadores, antropólogos, etc. O objetivo fundamental deste trabalho, desde o início, foi promover uma política de largo intercâmbio, envolvendo uma massa crítica para estimular a troca de conhecimentos, o debate de pesquisadores e professores de instituições acadêmicas e sociais ligadas, direta ou indiretamente, ao tema agricultura. Além disso, ampliar esse horizonte temático, inclusive, através da apresentação de trabalhos de autores estrangeiros. A presente publicação se inscreve no contexto Revista Científica filiada a ABEC, sediada no CPDA/UFRRJ. Informações Adicionais: [www.alternex.com.br](http://www.alternex.com.br) ou através do e-mail: [estudoscpda@alternex.com.br](mailto:estudoscpda@alternex.com.br)

## CONVÊNIO

A EDITORA PAZ E TERRA está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas e títulos de abrangente importância para a nossa formação. Entre em contato com o Corecon-RJ (Biblioteca) para aproveitar os descontos oferecidos por uma editora nascida da resistência democrática que há 33 anos trabalha em defesa da liberdade, do pensamento e do direito ao diálogo.

**Capitalismo global**, Celso Furtado.  
Preço com desconto: R\$ 8,40.

**Globalização e desnacionalização**, Reinaldo Gonçalves.  
Preço com desconto: R\$ 16,80.

**3º Setor: desenvolvimento social sustentado**, Ruth Cardoso.  
Preço com desconto: R\$ 15,05.

**A construção do Terceiro Mundo – Teorias do Subdesenvolvimento no Brasil e na Romênia**, 643p., Joseph Love.  
Preço com desconto: R\$ 29,05.

**Os fluxos financeiros na América Latina – um Desafio ao Progresso**, 284p., Ricardo French-Davis e Stephany Griffith-Jones (organiz.).  
Preço com desconto: R\$ 19,95.

**O Que é Globalização**.  
Preço com desconto: R\$ 21,00.

**Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**, Celso Furtado.  
Preço com desconto: R\$ 20,30.

**Oferta de Moeda na Macroeconomia**, Demian Fiocca.  
Preço com desconto: R\$ 14,70.

**ABC da Dívida Externa**, Celso Furtado.  
Preço com desconto: R\$ 9,10.

**O Longo Amanhecer**.  
Preço com desconto: R\$ 9,80.

**América Latina – Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**, 314p., Leslie Bethel e Ian Roxborough (organizadores).  
Preço com desconto: R\$ 20,30.

**Dialética Marxista, Dialética Hegeliana – a Produção Capitalista como Circulação Simples**, 192p., Ruy Fausto.  
Preço com desconto: R\$ 16,10.

## ELEIÇÕES

## Nova diretoria das entidades dos Economistas do RJ

O Conselho Regional de Economia da 1ª Região – CORECON/RJ e o Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro – IERJ, elegeram a nova diretoria das entidades.

Confira abaixo como ficaram constituídas as novas administrações das entidades e os seus respectivos membros.

## CORECON/RJ

Exercício 2001

**Presidente:** Ronaldo Raemy Rangel

**Vice-Presidente:** Sdney Pascoutto da Rocha

**Renovação do Terço (2001-2003):**

**Conselheiros Efetivos** – Helena Maria Martins Lastres, Hildete Pereira de Melo e Sidney Pascoutto da Rocha

**Conselheiros Suplentes** – José Antônio Lutterbach Soares, Júlio Diniz Bastos Pinto e Luiz Mário Behnken

## IERJ

Diretoria para o biênio 2001/2002

## DIRETORIA

**Presidente:** Cláudio Leopoldo Salm

**Vice-Presidente:** Hildete Pereira de Melo

**Diretor Financeiro:** Eriksom Teixeira Lima

**Diretora:** Renata Leite Pinto do Nascimento

**Diretor:** José Eduardo Cassiolato

**Diretor:** Paulo Gonzaga Mibieli de Carvalho

**Diretor:** Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira

**Diretora:** Ruth Espínola Soriano de Souza Nunes

## CONSELHO FISCAL

**Conselheiro:** Mário Cordeiro de Carvalho Junior

**Conselheiro:** Luiz Antonio Rodrigues Elias

**Conselheiro:** Sílvio Renato Paes de Figueireso

**Conselheira:** Glória Maria Moraes da Costa

## CONSELHO CONSULTIVO

**Conselheiros:** Luiz Carlos Delorme Prado, João Paulo de Almeida Magalhães, Reinaldo Gonçalves, Maria da Conceição Tavares, Sulamis Dain, Ricardo Bielschowsky, Carlos Francisco Ribeiro Lessa, Antonio Barros de Castro e Pedro Sampaio Malan

## EVENTOS

## Falas de Porto Alegre e Davos

A jornalista Sônia Toledo selecionou algumas frases que marcaram os dois eventos:

*"Davos, porto triste dos povos. Porto alegre é aqui"* – Slogan do FSM

*"É difícil para as empresas ajudarem o Terceiro Mundo, pois elas existem para gerar lucros"* – George Soros – megaespeculador – Davos

*"Eu acho que a pobreza se origina em casa"* – George Soros – megaespeculador – Davos

*"Eu compreendo a raiva que vocês sentem da nossa posição, mas podemos conversar"* – Bjorj Edlub empresário sueco – Davos

*"Vocês são a morte para nós. Por isso odiamos vocês"* – Hebe de Bonafini – presidente das Mães da Praça de Maio

*"Penso que o mundo não é para os poucos ricos"* – José Bové – Via Campesina

*"Porto Alegre desmascarou Davos"* – Organizadores do Fórum Social Mundial

*"Não existe caixa preta com dinheiro para sair distribuindo"* – Bjorj Edlub – empresário sueco – Davos

*"Todos invejam o México, inclusive o Brasil e a Argentina"* – Vicente Fox, pres. do México – Davos

*"Estamos muito contentes de sermos sócios, vizinhos e amigos dos EUA"* – Vicente Fox, pres. do México, em Davos

*"Em Davos, os ricos discutem quando vão ganhar o próximo bilhão"* – Lula

*"Divida externa não se paga não. Quero dinheiro para saúde e educação"* – Membros da passeata do Fórum Social Mundial

*"A OMC deve tirar as garras da agricultura"* – Rafael Alegria – agricultor hondurenho

*"O capitalismo está decadente e senil"* – Jorge Benstein – economista argentino

*"Não sei se o capitalismo está com os dias contados"* – Samir Amin – economista egípcio

*"Pela primeira vez nos reunimos para fazer a nossa própria agenda e não seguir a dos outros"* – François Houlart – pres. do Centro Tricontinental

*"Marx foi um pioneiro da globalização"* – Moritz Leucenberger – pres. da Suíça – Davos

*"Destruiremos todas as lavouras transgênicas"* – João Pedro Stédile, líder do MST

*"Os EUA e o FMI destruíram as economias dos países asiáticos emergentes"* – Shintaro Ishihara, prefeito de Tóquio – Davos

*"O problema do Brasil é político, não econômico"* – William Rhodes, vice-pres. do Citigroup – Davos

*"Protestos ganham as manchetes, mas não a agenda de Davos"* – Manchete da Folha de São Paulo

JORNAL DOS ECONOMISTAS RJ  
CORECON-RJ – SINDECON-RJ – IERJ

PORTE PAGO

DR/RJ

PRT 0735/2000

